



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

RELAÇÃO DOS FUNDOS

Nome do Fundo	Legislação Criadora	Normativos Regulamentadores
Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - FRJ	Lei Complementar Estadual nº 21, de 28/02/1994. Alterada pelas Leis Complementares Estadual nº: 32/1997; 38/2001; 42/2002; 45/2003; 48/2004; 103/2015	<ul style="list-style-type: none">➤ Portaria nº0504/2010 – GP;➤ Portaria nº 1263/2013 – GP;➤ Portaria Conjunta nº004/2015 – GP/CJRM/CJCI;➤ Resolução nº26/2016 – TJPA;➤ Portaria Conjunta nº003/2017 – GP/VP/CJRMB/CJCI;➤ Provimento nº002/2018 – CJRMB;➤ Portaria nº6548/2018 – GP;➤ Resolução nº20/2021 – TJPA;➤ Provimento nº17/2021 – CGJ;➤ Portaria nº720/2022 – GP➤ Portaria nº1796/2023.
Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará - FRC	Lei Estadual nº 6.831, de 13/02/2006. Alterado pelas Leis Estaduais nº: 6.919/2006; 7.792/2014; 8.923/2019	<ul style="list-style-type: none">➤ Lei Estadual nº 6.919/2006;➤ Lei Estadual nº 7.792/2014;➤ Lei Estadual nº 8.923/2019;➤ Resolução nº01/2024-FRC➤ Resolução nº02/2024-FRC

- **Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário (FRJ):** Criado pela Lei Complementar Estadual nº 21, de 28 de fevereiro de 1994, e alterado pelas Leis Complementares Estadual n.º 032, de 09 de julho de 1997; 038, de 10 de julho de 2001; 042, de 18 de dezembro de 2002; 045, de 30 de abril de 2003, e 048, de 28 de dezembro de 2004 e 103, de 29 de dezembro de 2015. Tem como objetivo fortalecer a dotação orçamentária do Poder Judiciário do Estado, com recursos complementares ao financiamento do custeio e de investimentos, com vistas a melhoria e modernização dos serviços judiciários e a manutenção, aperfeiçoamento e expansão da estrutura do Poder Judiciário.

- **Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (FRC):** Criado pela Lei Estadual nº 6.831, de 13 de fevereiro de 2006, e alterado pelas Leis Estaduais nº 6.919, de 19 de outubro de 2006, nº 7.792, de 14 de janeiro de 2014, e nº 8.923, de 14 de novembro de 2019, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado, o FRC tem como finalidade de captar recursos financeiros destinados a assegurar a gratuidade dos atos praticados pelos Registradores Cíveis de Pessoas Naturais na forma da lei, assim como, assegurar a Renda Mínima para o funcionamento regular das serventias, nos termos do Provimento nº 81 de 06 de dezembro de 2018.